

# Democracia e Desenvolvimento

N.º 4 ■ 20 JULHO 1985 ■ PREÇO 20\$00

PROPRIEDADE  
DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA  
PARA O DESENVOLVIMENTO CULTURAL  
DIRECTOR: LUÍS RETO

## Lourdes Pintasilgo anuncia no dia 27 candidatura à Presidência



**FORTALECE-SE O SENTIMENTO  
DE QUE A MINHA CANDIDATURA  
SE TORNA NECESSÁRIA**



**Pintasilgo confirma  
e vai «até ao fim»**

**Uma candidatura séria  
As eleições presidenciais de 1985 ocorrem  
motivam debates no interior do país  
da a opinião de ser pro-  
agens criou um  
n. Há n.**

**UMA MULHER NA PRESIDÊNCIA?**  
uma entrarei em conta com o facto de ser mulher para ponderar a eventualidade  
candidatura. Não vejo nenhuma incompatibilidade na circunstância de uma  
em poder vir a ser o presidente da República, nem creio que a maioria dos  
aguentem ver, isso não tem nada de surpreendente nem de novo. Basta olhar para a  
história para encontrar mulheres que assumiram grandes responsabilidades no  
da nossa vida colectiva, a começar logo por D. Teresa, mãe de D. Afonso  
e a seguir a discriminação homem-mulher para o exercício de quaisquer  
sociedade, portanto também para as pessoas honestas ou desonestas, mais ou  
sim, pelas qualidades bem, mais ou menos firmes, mais ou  
ou com o seu próprio bem, mais ou menos firmes, mais ou  
moja obvio, não coloca de um lado os homens e

**Lourdes Pintasilgo  
em 'tourné' no Sul**  
Fim-de-semana alentejano e algar-  
via para Maria de Lourdes Pintasilgo,  
cujas campanhas anuncia um quinquenário  
para meados do corrente mês de  
Abril. Os primeiros estudos fotográficos  
da antiga primeira-ministra foram já  
realizados, e os seus colaboradores  
próximos estão a estocar o que  
podem vir a ser a sua «imagem» em  
cartazes.

**CANDIDATURA DE PINTASILGO «É IRREVERSÍVEL»**

A candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo à Presidência da República «é irreversível». A afirmação é da própria ex-primeira-ministra e foi proferida, em Abrantes, no decorrer de um colóquio sobre juventude.

Para já, tem andado em «porta-a-porta»

**Candidatura Lourdes Pintasilgo  
prepara jornal de campanha**

O semi-secretário da candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo, João Carlos, explicou que a campanha da ex-primeira-ministra para a Presidência da República «é irreversível» e que a candidatura «é irreversível».

A campanha da candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo para a Presidência da República «é irreversível» e que a candidatura «é irreversível».



Palavra  
de candidata



# NÚCLEOS DE APOIO

- ☐ Núcleo de Apoio Regional do Algarve/Barlavento — Telfs. 082/60224; 082/24291
- ☐ Núcleo de Apoio Regional do Algarve/Sotavento — Telfs. 089/52949; 089/22392; 089/26514
- ☐ Núcleo de Apoio Regional de Aveiro/Centro-Sul — Telfs. 034/28795; 034/22837; 034/28251
- ☐ Núcleo de Apoio Regional de Aveiro/Norte — Telf. 056/52961
- ☐ Núcleo de Apoio Regional de Beja — Telfs. 084/23157; 084/26462
- ☐ Núcleo de Apoio Regional de Castelo Branco/Norte — Telfs. 075/52022
- ☐ Núcleo de Apoio Regional de Castelo Branco/Sul — Telfs. 072/27570; 072/23415
- ☐ Núcleo de Apoio Regional de Castelo Branco/Oeste — Telfs. 074/61136; 074/61374
- ☐ Núcleo de Apoio Regional de Coimbra — Telfs. 039/72432; 039/713130; 039/714886
- ☐ Núcleo de Apoio Regional de Évora — Apartado 34 — 7001 Évora Codex; Telf. 066/27087
- ☐ Núcleo de Apoio Regional da Guarda — Telfs. 071/23098; 071/29145; 071/22936
- ☐ Núcleo de Apoio Regional de Leiria/Norte — Telfs. 036/44129; 036/35354
- ☐ Núcleo de Apoio Regional de Leiria/Centro — Telfs. 044/22015
- ☐ Núcleo de Apoio Regional de Leiria/Sul — Dr. Jorge Varanda, Rua Maldonado Freitas, Lote 10-1.º Esq., Caldas da Rainha
- ☐ Núcleo de Apoio Regional de Lisboa e Setúbal — Rua Luciano Cordeiro 24-A/B, 1100 Lisboa — Telfs. 525665; Apartado 10 007 — 1019 Lisboa Codex
- ☐ Núcleo de Apoio Regional de Portalegre — Telfs. 045/24124; 045/42114; 045/21375
- ☐ Núcleo de Apoio Regional do Porto — Rua João das Regras, 151 — Telf. 02/26933 — 4000 Porto
- ☐ Núcleo de Apoio Regional de Santarém — Telfs. 043/25531
- ☐ Núcleo de Apoio Regional de Viseu/Centro — Telfs. 032/25737 — Apartado 194 — 3502 Viseu Codex
- ☐ Núcleo de Apoio Regional de Viseu/Lafões (Concelhos de Oliveira de Frades, S. Pedro do Sul e Vouzela) — Telfs. 032/77104
- ☐ Núcleo de Apoio Regional de Viseu/Sul

(Concelhos de Tondela, Mortágua, Santa Comba Dão e Carregal do Sal) — Telfs. 032/82317; 032/82105

## ☐ Núcleos de Apoio Regional dos Açores

- |              |                      |
|--------------|----------------------|
| — Terceira   |                      |
| — Graciosa   | Angra do Heroísmo    |
| — Faial      | Apartado 99          |
| — S. Jorge   |                      |
| — Pico       |                      |
| — Corvo      | Apartado 9980, Corvo |
| — Flores     | Telf. 52160/52476    |
| — S. Miguel  | Apartado 49          |
| — St.ª Maria | Ponta Delgada        |
|              | Tel. 52386           |

☐ Núcleo de Apoio Regional da Madeira Funchal — Telefones 932678 / 20240

## ☐ Outros núcleos

- Alpiarça, Telf. 043/54365
- Almeirim, Largo João de Deus, 12
- Azambuja, Horta da Maia, Lote 23-3.º Esq.
- Cartaxo, Telf. 043/73848
- Pernes, Telf. 043/44168
- Riachos, Telfs. 049/21535; 049/21048
- Tomar, Telf. 049/32606
- Torres Novas, Telfs. 049/22610; 049/23404
- Vila Nova de Ourém, Rua D. António Justino da Luz Preto, 75-4.º F

## ☐ NARLIS

- Almada, Telfs. 2201747; 2901337
- Amadora, Telfs. 2102739; 971319; 975612
- Anjos/S. Jorge de Arroios, Telfs. 556929 554464
- Barreiro, Telf. 2043572
- Benfica, Telfs. 7145134; 7142928
- Campo Grande/S. João de Brito/Alvalade/S. João de Deus, Telf. 775945
- Campolide/S. Sebastião, Telf. 554261
- Carnide, Telf. 711969
- Cascais, Telf. 2463027; 2461623
- Graça/Penha de França/Santa Engrácia, Telf. 877898
- Lapa/Prazeres/Santo Condestável, Telf. 666902
- Loures, Telf. 9882204; 2517145; 9814569

- Lourinhã, Telf. 061/43023
- Lumiar/Ameixoeira/Charneca, Telfs. 7583456; 7588721
- Moita, Telf. 2040056
- Montijo, Telf. 2310708
- Oeiras, Telf. 2435757; 2431032
- Palmela, Telf. 065/34764
- S. Domingos de Benfica, Telf. 723397
- S. Francisco Xavier/Santa Maria de Belém, Telf. 612861
- S. Mamede/Mercês/Santa Catarina, Telfs. 367458; 684101
- Santa Maria dos Olivais, Telfs. 311798/333250
- Santiago do Cacém, Telf. 069/22166
- Seixal, Telf. 609328
- Setúbal, Telf. 065/27287
- Sintra, Telf. 2102739
- Torres Vedras, Telf. 97496

## ☐ NARNORTE

Este núcleo tem responsabilidades organizativas para os distritos de Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança

- Barcelos, Centro Comercial Senhor da Cruz, Av. da Liberdade, 4750 Barcelos
- Braga, Rua dos Chãos, 168-2.º, 4700 Braga, Telf. 053/79199
- Porto, Rua João das Regras, 151, 4000 Porto, Telf. 02/26933
- Viana do Castelo, Apartado 142, 4900 Viana do Castelo
- Vila Nova de Gaia, Rua Teixeira Lopes, 54, 4400 Vila Nova de Gaia, Telf. 02/398612

## Comissão Técnica Coordenadora (CTT)

**Coordenador geral:** Sousa e Castro

## Departamentos

- Apoio Logístico
- Apoio Regional
- Assuntos Jurídicos
- Comunicação Social
- Coordenação de Voluntários
- Informação e Comunicação
- Recolha de Fundos
- Segurança
- Socioprofissionais

# Democracia e Desenvolvimento

**Director:** Luis Reto. **Propriedade:** Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Cultural. **Sede:** Rua Luciano Cordeiro, 24-A/B 1100 Lisboa — Telefone 52 56-65. **Composto e impresso:** Congráfica — Consórcio Nacional de Artes Gráficas: FMBP, Avenida Infante D. Henrique, Armazém 1, Lote A, 1100 Lisboa — Telefone 38 41 34. **Distribuição:** Dijsornal, Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda., Rua Joaquim António de Aguiar, 84-2.º 1000 Lisboa — Telefone 65 73 50. **Periodicidade:** Mensal. **Tiragem:** 20 mil exemplares.

## PALAVRA DE CANDIDATA

# Anúncio de candidatura: um compromisso e um sinal



### 1. Avisar e comunicar — um compromisso público

No dia 27, anuncio, em Lisboa, a intenção de me candidatar à Presidência da República.

Este anúncio é, ao mesmo tempo, um aviso e uma comunicação. É o aviso de que uma decisão ganhou forma e é suficientemente firme para ser tornada pública. É a comunicação de que assumo um compromisso que só poderosas razões de consciência me levariam a reconsiderar.

Numa decisão assim anunciada desejo que se exprima a transparência dos processos e o respeito pela realidade histórica concreta que caracterizam a minha maneira de intervir na política.

Em Outubro, disse, numa entrevista, que «admitia a hipótese» de me candidatar. Referi então que a concretização dessa hipótese seria o «resultado de factores subjectivos e objectivos». Ao longo dos meses que se seguiram, os factores objectivos impuseram-se e deles fui dando conta em sucessivas entrevistas.

Afirmar considerar que o não aparecimento de outras candidaturas verdadeiramente independentes e com credibilidade política reforçava a necessidade da minha candidatura. Embora admitindo que para uma decisão final é sempre indispensável a avaliação das forças políticas em presença, assegurei que a minha decisão não seria fundada em jogos de poder. Afirmar ainda que, face à instabilidade política, à degradação das condições de vida dos portugueses e à deterioração da própria dignidade do Estado, «é um imperativo ético o exercício das responsabilidades

que cada um de nós sente que pode assumir».

É, pois, na lógica desse imperativo ético que situo o anúncio do dia 27. Esse anúncio vincula também todos aqueles que, mesmo face a situações adversas, têm dado o seu tempo, as suas energias, a sua dedicação, as suas variadas competências, a esta candidatura.

Reconheço que, numa eleição presidencial, a confiança na pessoa que se candidata, nos valores que incarna e no projecto que simboliza, é a razão fundadora e o maior factor de mobilização. Mas no estado de descrença, de desencanto e de crítica sem propostas a que chegou a sociedade portuguesa, não pode bastar a adesão a um nome.

É preciso que essa confiança permita estimular a criação de uma consciência nacional coesa. É preciso que os valores sejam, em cada etapa, explicitados como um jeito próprio de ser e de estar na vida. É preciso que o projecto seja trabalhado por todos e por cada um, de modo a que se confirme a certeza de que há caminhos de saída para os problemas do país.

Trata-se, pois, neste anúncio de afirmar a vontade de viabilizar a esperança.

Nesse sentido, anunciar a decisão de candidatura é dizer que, com coragem e perseverança, estamos todos disponíveis para encetar uma nova fase da vida nacional e para vivermos, desde já, ao ritmo de uma exigência acrescida de responsabilidade e de inovação. É um compromisso público que colectivamente assumimos, ao serviço do povo de que fazemos parte.

### 2. Dar prova e sinal — um novo ciclo da vida política

O anúncio da candidatura é também a ocasião de dar prova e sinal do modo como vemos o futuro da vida política portuguesa. Dar prova de que não me baseio em vãs ilusões ou ideologias ultrapassadas. Dar sinal de que acredito que o País tem os recursos necessários para vencer a crise e construir um futuro melhor.

Com os vários actos eleitorais, que culminarão nas eleições presidenciais, termina este ano um ciclo de instabilidade da vida política portuguesa. Decorridos onze anos sobre o 25 de Abril, é hoje possível reordenar o quadro político, consolidar as instituições, iniciar um ciclo de autêntica, e não meramente formal, estabilidade.

A eleição do Presidente da República é o referencial primeiro desse novo ciclo político. Como já muitas vezes tive ocasião de repetir, considero que a função presidencial, após 1985, tem de conter uma factor de intervenção que possa garantir a responsabilização de todas as institui-

(Continua na pág. 7)



*Amândio Pinto*



A eng.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Pintasilgo quando falava no almoço do American Club, ladeada à esquerda pelo então embaixador dos EUA em Lisboa, Allan Holmes e, à direita, por Edward Kane, político americano

## Palestra no American Club

Numa palestra orientada no sentido de um melhor conhecimento mútuo entre Portugal e os Estados Unidos, proferida no American Club, de Lisboa, em 29 de Maio, a eng.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Pintasilgo acentuou que a reciprocidade das relações «são fundamentos da nossa maneira de ver as coisas, em Portugal», tal como são «a maneira de ver as coisas do povo americano».

No desenvolvimento desta tese, Lourdes Pintasilgo procurou explicitar estas suas ideias em três pontos, que esquematizou:

«Numa primeira parte, o que são os nossos valores comuns para vencer a crise. Numa segunda parte, o que são algumas das contradições, em termos de política interna e de política externa, dos Estados Unidos, com repercussões num país como Portugal. E, como terceiro ponto, qual é, neste momento, o lugar da Europa e de Portugal na Europa, perante os Estados Unidos e em cooperação com este país».

Lembrando ser hoje um facto claro que a crise mundial é uma crise estrutural profun-

da, que se estende a todos os sectores da vida social e política, desde a desordem monetária institucionalizada, até à dependência acrescida que no plano económico-cultural caracteriza muitos países cuja independência político-administrativa ainda não tem mais de 20 ou 30 anos, Lourdes Pintasilgo salientou que perante tal crise não há países grandes e países pequenos, sendo as suas responsabilidades enormes e encontrando-se as tarefas de uns e de outros intimamente ligadas.

«E é por isso, só por isso, que me atrevo a sublinhar alguns valores que encontro na convivência entre Portugal e os Estados Unidos e que julgo poderem guiar os nossos dois países nessa caminhada comum.»

Recordando a experiência que acumulou nas suas primeiras actividades nos Estados Unidos, quer em Institutos de Investigação, quer em empresas, quer em Universidades, Lourdes Pintasilgo disse mais adiante, referindo-se a Portugal, que o nosso país, retomando a sua dimensão geográfica euro-

peia, que durante mais de quatro séculos se alargara por todos os continentes:

«Portugal está hoje à procura da sua identidade. Por isso, percorre o corpo vivo do meu país uma surda e latente inquietação».

Dessa inquietação existem manifestações que não são apenas de ordem cultural, mas que também têm reflexos na superestrutura política, com sobressaltos que são, em grande parte, a incapacidade de fazer circular livremente entre si os grupos profissionais, os escritores, os artistas e os interesses económicos organizados.

Alargando-se sobre a procura dessa identidade essencial a Portugal e as repercussões que isso vai ter no funcionamento das instituições democráticas, a oradora aludiu aos esforços que tem feito para expor o que é a democracia participativa, para o que tem apresentado, com frequência, o exemplo da estrutura social e política dos Estados Unidos, observando:

«Se há em Portugal quem apenas vê nos

Estados Unidos a grande potência de que se esperam favores políticos e grandes investimentos, também há em Portugal quem vê nos Estados Unidos essa democracia viva que tudo faz para não discriminar, não marginalizar e permitir, assim, a liberdade de expressão e os direitos de todos, sem qualquer excepção.»

Quanto a Portugal, o país polarizou-se a volta de um universo político-partidário, mas também fez algo de extraordinário nos tempos modernos: integrou totalmente, sem quaisquer problemas de instabilidade social e política, no breve espaço de quatro a cinco anos, um décimo da sua população vinda da África, o que, em relação a todas as antigas metrópoles coloniais, disse considerar um feito heróico da Nação portuguesa.

A democracia participativa, acrescentou, existe no espaço social e cultural português, no tecido social do país, mas carece de expressão adequada ao nível das instituições do poder político.

Para se ultrapassar essa situação e a estagnação económica e social que dela resulta, Lourdes Pintasilgo citou de novo vários exemplos colhidos nos Estados Unidos. Recordando o apelo do Presidente Kennedy para que a América caminhasse para a «nova fronteira», disse que também os portugueses foram, ao longo dos séculos, buscando fronteiras para além daquelas que tinham na Europa, acrescentando que, no entanto, o nosso universo mítico não era a expressão «nova fronteira».

«É o caminho para a Índia que é uma constante. Só os que envelheceram e perderam a esperança se contentam hoje com aquilo que os outros lhes vêm trazer à porta. Com o presente vindo daqui ou dali. A grande maioria da população portuguesa vive buscando esse ponto sempre por achar. A grande clivagem na sociedade portuguesa está hoje, a meu ver, entre os portugueses que se acomodam, que se contentam com o modo como as coisas são, e aqueles outros portugueses que procuram imaginativamente novas soluções e novas pistas. Os primeiros deixando que a iniciativa se perca, julgam-se realistas e consideram os segundos idealistas ou utópicos.»

Disse, depois, que Portugal tem uma posição clara na sua participação na NATO e honra e honrará os compromissos assumidos mas, sendo um pequeno país e conhecendo os problemas dramáticos do Sul, não pode deixar de clamar contra a escalada do terror e o imenso dispêndio em armamento, «quando seres humanos morrem aos milhões, à mingua dos excedentes dos mais ricos». Por isso, as alianças de que somos parte não podem ser, para nós, «ecrans» mistificadores da tradição cristã de muitos séculos e da responsabilidade na preservação dos grandes valores da humanidade.

«Permitir-me-ão — observou então — que cite três aspectos do comportamento actual dos dirigentes políticos dos Estados Unidos que são, directamente para Portu-

## A solução de dívida externa passa tanto pelos países devedores como pelos países credores

gal, motivo de preocupação.»

E enumerou: em primeiro lugar, Portugal está a ser, perante a cena internacional, acusado de não defender os direitos de um povo que foi sua colónia durante mais de quatro séculos — o povo de Timor Leste. Apesar da aliança militar existente entre os dois países, lamentou ter de dizer que os Estados Unidos se dessolidarizaram totalmente quanto à defesa dos direitos do povo de Timor Leste, continuando a dar apoio às forças que invadiram esse território e que contra o Direito Internacional o ocuparam e ocupam.

Em segundo lugar, a posição americana em relação à República Popular de Angola e a Moçambique, quer pelo apoio dado a Pretória, no seu não cumprimento dos acordos sobre a Namíbia, quer no seu comportamento «ativamente a guilhotina armada em Moçambique».

Em terceiro lugar, a preocupação que causa em muita da população portuguesa a reacção face aos movimentos sociais e políticos da América Latina, levando mesmo, em alguns países da América Central, a situações que o próprio Congresso americano tem dito tocarem já a violação do Direito Internacional.

Sabendo que muitos destes problemas são resultado da divisão do Mundo em zonas de influência, e que os Estados Unidos, na escalada militar, partilham a responsabilidade com a União Soviética, Maria de Lourdes Pintasilgo, quanto a esta situação, manifestou a sua opinião pessoal com as palavras que o Conselho de Inter-Ação de

## A grande clivagem na sociedade portuguesa está hoje entre aqueles que se acomodam e os outros que procuram novas soluções e novas pistas

ex-Chefes de Governo, de que faz parte, dirigiu há poucas semanas às duas superpotências reunidas em Genebra:

«Urgimos com toda a força os Estados Unidos e a União Soviética a identificarem áreas de comum interesse que possam existir e sobre as quais acordos futuros se possam basear. Por exemplo: ambos os lados deveriam em conjunto afirmar que estão de acordo nos seguintes pontos — que uma guerra nuclear nunca poderá ser ganha e, por isso mesmo, nunca deverá ser declarada, que o equilíbrio de armamento deveria ser procurado aos seus níveis mais baixos, que menos dinheiro deveria ser gasto em armamentos, que ambos os países procurem uma igualdade mais do que uma superioridade de força militar».

As gigantescas dívidas externas dos países mais pobres foram também objecto de exame da eng.<sup>a</sup> Lourdes Pintasilgo, que admitiu, a propósito:

«É certo que não é apenas a responsabilidade de um país como os Estados Unidos que está em causa. Uma solução estável para o problema da dívida externa é hoje uma solução que passa tanto pelos países devedores como pelos países credores».

É que há apenas um único problema, o problema do devedor-credor, e no dia em que o devedor deixar de pagar, o credor verá ruir completamente a sua economia, aparecendo então a chamada «bomba de relógio» da dívida externa. Portanto, parecem ser fundamentais soluções que devem ser fundadas na responsabilidade de todos: dos países que pedem emprestado, dos países que emprestam, do FMI e dos bancos credores, no interesse comum de todas as partes.

«Portugal, a meu ver, tem, necessariamente, de reencontrar os meios para renegociar a sua dívida externa. Ao mesmo tempo, penso que ao fazê-lo, Portugal pode também contribuir para melhorar a prazo a vida social e económica americana. Na medida em que, como sabemos, a excessiva valorização do dólar provocou, só entre os anos 80 e 83, um aumento de três milhões de desempregados e que, neste momento, nos próprios Estados Unidos cerca de 20 milhões de cidadãos norte-americanos vivem em condições consideradas, internacionalmente, no limite da pobreza».

É perante um tal quadro que para o povo português deve tornar-se um imperativo contribuir para construir uma Europa forte, uma Europa que possua um alto grau de compreensão e de sentido do risco capaz de lhe dar de novo um papel no Mundo e, em especial, no seu diálogo com os Estados Unidos.

«Contribuir para uma Europa forte pode ser para Portugal um elemento dinamizador, já que a sua acção num dos mecanismos institucionais da Europa, a CEE, trará consigo um período de transição de pesados custos para Portugal», disse ainda a convidada do American Club, antes de terminar a sua palestra.

# Por indicação do Vaticano



Fundação Cuidar o Futuro

O edifício da Universidade das Nações Unidas, na cidade de Tóquio

## A Eng.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Pintasilgo é membro do Conselho da Universidade das Nações Unidas

A eng.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Pintasilgo foi convidada a integrar o Conselho da Universidade das Nações Unidas por indicação do Vaticano, convite que lhe foi oficialmente transmitido pelo nuncio apostólico em Lisboa, mons. Salvatore Asta. O nome da eng.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Pintasilgo surgiria, ainda, noutras listas de diversas agências das Nações Unidas, facto que constitui uma indelével prova do prestígio e reconhecido mérito internacional da nossa candidata. Tal circunstância não terá, por certo, sido estranha à eleição da eng.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Pintasilgo para o cargo de vice-presidente das Universidades das Na-

ções Unidas. Foi nessa qualidade que, aliás, se deslocou recentemente ao México para participar na primeira reunião anual do Conselho que, segundo declarou ao nosso jornal, tem como primeiro e grande objectivo «o estudo dos problemas globais mais gritantes que se colocam ao Mundo, para a sobrevivência e bem estar da humanidade». Além deste aspecto o Conselho pretende ser e é um espaço de encontro e de debate entre os diversos académicos e investigadores preocupados com as grandes questões mundiais.

A presença da eng.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Pintasilgo nesta importante reunião do

México passou praticamente despercebida nos meios de Comunicação Social em Portugal.

As clivagens socioeconómicas e a situação generalizada da crise mundial, as questões do diálogo Norte/Sul, entre outras, são fonte de grande preocupação dos investigadores e académicos do Conselho da Universidade das Nações Unidas que, na sua reunião do México, decidiram aprovar o programa de organismo dependente do conselho — o Instituto Mundial para o Desenvolvimento Global já a funcionar em Helsínquia e a trabalhar no estudo e definição de uma nova teoria económica que responda às exi-

gências do nosso tempo e dê satisfação às necessidades básicas da humanidade.

Por outro lado, o Conselho da Universidade das Nações Unidas avançou na definição institucional para a criação, na Costa do Marfim, de um instituto de investigação dedicado ao estudo dos recursos naturais do continente africano, o qual terá como objectivo equacionar a flagrante contradição ali existente: de um lado riquezas naturais incalculáveis; de outro a fome e degradação de um povo sem possibilidade de delas fazer uso.

O Conselho da Universidade das Nações Unidas é constituído por 24 personalidades de países distintos e pelos secretário-geral das Nações Unidas, director-geral da Unesco e director-geral da Uniter, sendo actualmente presidido pelo economista Vitor Urquidí que é também presidente do Colégio do México. O Conselho reúne habitualmente duas vezes por ano: em Julho e Dezembro. Estas reuniões são sempre precedidas de colóquio exclusivamente reservado aos seus membros, durante o qual têm oportunidade de se informar sobre determinada região do planeta. Na reunião que agora terminou no México os académicos e investigadores ocuparam-se das perspectivas futuras da América Latina, nas vertentes socioeconómica, científico-tecnológica e política e cultural.

As questões tratadas no Conselho da Universidade das Nações Unidas, não foram sequer objecto de uma simples síntese nos nossos domésticos meios de Comunicação Social. Tal esquecimento, ou desatenção, decerto não se deveu à (menor) importância do acontecimento, já que ele foi relatado pelos *media* internacionais, circunstância que ainda mais avoluma a nossa dúvida, ou seja, se tal omissão não terá sido por causa do sujeito da notícia. E para Portugal o sujeito da notícia era indiscutivelmente Maria de Lourdes Pintasilgo.



«Fac-símile» de carta da Nunciatura Apostólica a formalizar o convite

## Reunião na Suíça

No âmbito dos seus contactos internacionais Maria de Lourdes Pintasilgo deslocou-se recentemente à Suíça. Esta viagem, como nos informou, surgiu na sequência dos trabalhos do Conselho de Inter-Acção de Ex-chefes de Governo que a encarregaram de proceder a uma reunião de trabalho com o presidente da Confederação Helvética. Maria de Lourdes Pintasilgo teve oportunidade de ser recebida e trabalhar com o presidente suíço com quem tratou de algumas questões de interesse para a Europa. A propósito, aludindo à estrutura empolada de alguns gabinetes, Maria de Lourdes Pintasilgo salientou a exemplo da Suíça onde o Presidente da República é simultaneamente detentor das pastas da Economia, Agricultura e Trabalho, num Governo que conta apenas com sete ministros.

Manias de países ricos, acrescentamos nós. Mas será isso realmente?!

## PALAVRA DE CANDIDATA

Continuação da pág. 3

ções e forças organizadas, no duro e estimulante esforço de melhorar as condições de vida do país.

Ao referenciar o mandato do Presidente da República como de 5 anos e o dos parlamentares de 4 anos, a Constituição da República Portuguesa atribuiu àquele uma perdurabilidade e uma referência de maior latitude. Qualquer que seja o resultado das legislativas, as eleições presidenciais são o marco decisivo para que se inicie um novo ciclo de estabilidade e dinamismo na vida política portuguesa.

Numa sociedade fragmentada e cheia de fissuras que se repercutem nas lutas entre e dentro dos partidos políticos, é urgente que se inicie um novo ciclo de harmonização da convivência entre pessoas, grupos, partidos, instituições. O país não comporta mais rivalidades, amos e zangas. O que está em causa é demasiado grave para que se repitam guerras que tudo paralisam. Daí a preocupação subjacente à minha candidatura de impedir e de atenuar a excessiva polarização partidária, com as consequências desastrosas que os últimos 5 anos tornaram patentes.

Perspectivar as eleições legislativas em relação às eleições presidenciais significa que delas se espera que contribuam para apresentarem ao povo português novos projectos, novos agentes de representação ou novas metodologias de intervenção política.

Por seu turno, as eleições presidenciais terão de contribuir, de forma inequívoca, para reforçar a dignidade, a isenção e a autoridade do Estado. Cabe-lhes assegurar o dinamismo, a vitalidade e o pluralismo da sociedade, nas suas múltiplas expressões. Só assim constituirão, um referencial de segurança para todos os cidadãos.



As actividades da Universidade da ONU têm o concurso de 60 países



Fundação Cuidar o Futuro

Entrevista à Rádio Renascença

## Uma mulher Simples e uma católica empenhada

*«É indispensável que quem tem o poder o exerça», disse Lourdes Pintasilgo em entrevista à Rádio Renascença, comentando a ausência de vontade política que tem prejudicado a implementação de uma estratégia comum entre os partidos que desenvolva o bem-estar dos portugueses, a melhoria do seu nível de vida e a criação de maior riqueza.*

O desenvolvimento, disse Lourdes Pintasilgo, passa por uma ampla reforma da Administração Pública, pela elaboração e execução do Plano e pela Regionalização efectiva, tarefas que se propõe dinamizar se for eleita Presidente da República.

Considerando que o papel do PR é de reunião, de congregador de esforços, Lourdes Pintasilgo disse que *«o mal da vida política portuguesa é pensarmos sempre no condicional»,* se acontecesse isto e aquilo, e a verdade é que os problemas do dia-a-dia não estão a ser resolvidos.

Esclarecendo que o seu constante apelo a uma maior participação dos cidadãos na vida democrática do País se insere claramente na doutrina social da Igreja, a candidata disse que uma das mais importantes funções presidenciais se prende com a relação entre o topo da hierarquia institucional e o poder local. Na entrevista de uma hora que concedeu a Miguel Lemos, Lourdes Pintasilgo falou sobre a nossa adesão à CEE, sobre o aborto e a crise da nossa sociedade, enunciando claramente o que é que pensa sobre o papel e importância dos partidos políticos que têm reflectido e acentuado as divisões existentes na sociedade portuguesa.

*«O meu objectivo, enquanto candidata à Presidência da República, é justamente ultrapassar essas divisões»,* afirmou Lourdes Pintasilgo, reconhecendo-se como a única personalidade independente a candidatar-se às próximas eleições presidenciais.

**RR** — Quem é que pensa que é?

**MLP** — Sou uma mulher muito simples, ligada muito profundamente e com as mesmas características que as mulheres do meu País. Sou, sem dúvida, uma portuguesa típica e sou fundamentalmente e profundamente uma católica empenhada, desde a juventude, em tudo aquilo que me aparece como um convite ao exercício na minha responsabilidade.

**RR** — Existe em muitos sectores curiosidade e polémica à volta da personalidade da eng.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Pintasilgo, por várias razões. Por exemplo, uma delas foi ter feito parte da Câmara Corporativa, no tempo do prof. Marcelo Caetano. Terá defendido a política colonial do governo antes do 25 de Abril dois meses antes. Pouco tempo depois era membro do governo de Vasco Gonçalves. Agora aparece a candidatar-se à Presidência da República. Porquê? O que é que a faz «andar»?

**MLP** — Há aí algumas informações que não são exactamente correctas e por isso gostaria de esclarecer. De facto, em 1969, o prof. Marcelo Caetano, que eu conhecia desde o tempo da Universidade, tendo-lhe sido apresentada pelo meu prof. de Economia Política, o famoso Daniel Barbosa, porque eu estava entre o grupo dos alunos que mais se interessavam e de alguma maneira mais trabalhavam no domínio da Economia Política, convidou-me para fazer parte da Assembleia Nacional. Recusei porque, como se recorda, nessa altura a participação na Assembleia era na base do partido único e apesar disso o prof. Marcelo Caetano insistiu numa colaboração minha e pediu-me para a Câmara Corporativa. Aceitei na medida em que a Câmara Corporativa era um órgão consultivo, técnico e com uma clara liberdade de expressão das minhas opiniões políticas. O certo é que se lermos as actas das reuniões e dos vários pareceres da Câmara Corporativa, entre 1969 até ao 25 de Abril, se encontrarão praticamente em quase todas as leis em que participei votos de vencida, como então se chamava, com a declaração correspondente.

E singularmente, ao contrário da informação que lhe foi fornecida, eu não só não defendi a política nacional como propus como condição ao prof. Marcelo Caetano a necessidade de se encontrar uma solução política para o problema de África. A isso me conduzia muito naturalmente a minha experiência internacional visto que, durante cinco anos, tinha estado a coordenar equipas trabalhando em todos os continentes ao nível do desenvolvimento e estava extremamente influenciada e muito marcada pelo movimento dentro da Igreja Católica que, a partir de 1957, com a Encíclica «Fidei Donno», tinha feito um grande apelo a todos os católicos para o interesse acrescido relativamente às jovens Igrejas em

África. Daí que a minha posição tenha sido uma posição muito clara pela auto-determinação e pela negociação com os Movimentos de Libertação. E nisso devo dizer que, embora de uma forma muito recatada ou resguardada, o prof. Marcelo Caetano me apoiou inteiramente.

Além disso, no exercício dessa função, como procurador à Câmara Corporativa, alguns dos aspectos sobre os quais tive que me manifestar foram as leis de liberdade religiosa, das rendas, da liberdade de Imprensa e a Lei relativa à proposta do último Plano de Fomento, o Plano de Desenvolvimento no regime deposto. Em todas essas leis exprimi, com notas discordantes, a minha opinião, e foi exactamente essa opinião, conhecida através do Diário do Governo de então, que me tornou conhecida dos principais agentes políticos do 25 de Abril.

### A candidatura não vai entrar em «banho-Maria»

**RR** — Estas eleições legislativas vão, em sua opinião, privilegiar a acção política nos próximos tempos, deixando para segundo plano as eleições presidenciais?

**MLP** — Bom. Vamos lá pôr as coisas como elas são. Estas eleições legislativas apareceram ao fim e ao cabo porque? Por um problema que inicialmente decorre das eleições presidenciais. É exactamente pelo desacordo existente no bloco central quanto à possibilidade de um candidato desse bloco central, premissa não dita mas que estava presente na coligação em 83, é justamente desse desacordo que nasce a crise a que temos vindo a assistir e, portanto, no termo dessa crise que o sr. Presidente da República decide as eleições legislativas.

Quando digo que elas são importantes não quero dizer por isso que o meu ponto de vista e em particular a minha candidatura fique em «banho-Maria», apesar de eu me chamar Maria. Pelo contrário!

Sempre manifestei a Marcelo Caetano a necessidade da negociação para resolver o problema de África

**RR** — Pensa que está a outro nível em termos de luta política para as presidenciais?

**MLP** — Sim. Noutro conjunto de coordenadas. A minha candidatura não decorre do desejo, em determinado momento, de dizer «quero ser Presidente da República». Isso não faz parte da minha maneira de ser e não é essa a realidade. Em primeiro lugar decorre do aparecimento de pessoas concretas que em vários sítios do País dizem «a senhora é portadora de uma certa maneira de viver a política», é importante que essa maneira de viver a política seja transmitida ao nível da Presidência da República, e depois decorre da minha própria análise e estudo sobre a situação concreta do nosso País.

O que é que a gente verifica. Ao fim de nove governos constitucionais nós verificamos que os salários reais das pessoas baixaram mais de 20 por cento desde 76 até agora. Verificamos que em 1984 o investimento industrial, isto é a possibilidade de criar riqueza para ser distribuída, baixa 35 por cento. Isto é, o funcionamento das instituições políticas, em vez de permitir maior bem-estar, melhoria de vida, criação de empregos, outra situação em termos de desenvolvimento, pareceu afunilar a vida dos portugueses. E perante isto eu tenho uma atitude.

**RR** — Mas não é responsável também por essa situação como personalidade pública e política deste País?

**MLP** — Não me considero responsável num sentido global. Tive apenas uma intervenção em 1979 como Primeira-Ministra, intervenção essa que, embora tenha muito da minha visão da política, como sabe, foi não só mal entendida mas deliberadamente deturpada. E porquê? Justamente porque eu não entro nos jogos políticos e o meu objectivo é a democracia, sim, mas para realizar o desenvolvimento deste País. Isto é, para criar riqueza, para criar segurança, para que nós tenhamos confiança nas nossas próprias possibilidades, para um aproveitamento total dos nossos recursos naturais e é isso tudo que está em causa, também, na minha candidatura.

**RR** — É necessário saber o que é que há-de ser da agricultura, daqui a 20 ou 40 anos, em Portugal, e para isso elaborar legislação que permita criar condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Não acha?

**MLP** — Não. Nem só. Precisamos de saber exactamente, tanto na agricultura como na indústria, aquilo que devemos produzir, isto é, aquilo de que ainda temos necessidade, internamente. Que mercado é que existe internamente para determinar a nossa produção e, olhando à nossa volta nos possíveis mercados internacionais, quais são as brechas onde podemos fazer entrar os nossos produ-

...ds. É o que temos, por exemplo, em Trás-os-Montes, um grande exportador de castanhas. Isto é, há no nosso País homens com iniciativa capazes de encontrar essas brechas e esses furos para colocar os nossos produtos. Quando falo em plano, refiro-me a um conjunto de orientações a definir, não só pelo Governo, mas sobretudo, como diz a Constituição, por todos os cidadãos através do poder local, através das organizações socio-profissionais e de trabalhadores e através dos representantes dos interesses económicos. A nossa crise está, sobretudo, aí.

**RR** — Está na falta de participação e de mobilização dos grupos sociais?

**MLP** — Absolutamente. E na falta de execução da parte dos órgãos de soberania de um plano que nos permita dizer para onde vamos e o que é que queremos.

### Grandes zonas de entendimento

**RR** — Grandes zonas de entendimento. Algo que nos une e que não nos separa. Há quem a responsabilize de ser a autora da maior divisão no denominado movimento eanista ao decidir candidatar-se?

**MLP** — Cada pessoa, porque existe, divide. Nós terminamos agora um ciclo. O sr. Presidente da República disse-o no Porto, nas comemorações do 10 de Junho. É um ciclo que termina e um novo ciclo que se pode abrir. Termina um ciclo que não temos que ver com excessivo dramatismo, excepto para grande quantidade de pessoas que não têm emprego, que não recebem salários, que têm fome e são muitas por este País fora. Temos que ver que um País que sofreu as rupturas que Portugal sofreu necessariamente tem um período, os livros dizem ser de 10 a 12 anos, em que acontece exactamente o que aconteceu no nosso País. Uma grande instabilidade ao nível do poder político como se tivéssemos uma agulha de uma bússola desorientada em que ainda não se sabe muito bem onde é que está o Norte.

Neste momento, esgotadas que estão todas as possibilidades de coligações, dentro do quadro parlamentar, a introdução de um novo partido vai, sem dúvida, trazer elementos novos, mas vai também tornar difícil essas coligações uma vez que não é previsível que, neste momento, qualquer partido venha a ter uma maioria absoluta que lhe permita governar sozinho.

Então, o que é de facto indispensável é que este tempo seja consagrado por todos, pelos partidos políticos, e no meu caso e por todos aqueles que me apoiam é essencial, para encontrar as grandes zonas de entendimento entre os partidos políticos, não através das palavras com

### O jogo do poder entre os partidos tem-se sobreposto às necessidades concretas e ao bem-estar dos portugueses

que os jogos de poder se manifestam, mas através de entrevistas e dos meios de comunicação, focando os próprios programas de Governo.

O estudo que tenho feito sobre os nove programas de governo apontam medidas praticamente idênticas. Se não dissermos de quem é aquele governo não sabemos «a priori» de quem é. Há de facto umas zonas de entendimento.

**RR** — E então, porque é que não se implementam essas medidas, fazendo parte de uma estratégia comum?

**MLP** — Essa é a grande questão. E essa é uma questão tão importante que ela é determinar a minha candidatura. O que eu quero é tornar isso claro para os portugueses, porque o que me parece que tem prejudicado a não existência dessa estratégia, a partir de medidas quase idênticas e muito próximas umas das outras, tem sido de facto uma ausência de vontade política. A ausência da capacidade de, uma vez aprovado um programa de governo pelo Parlamento, esse governo pôr em execução o seu programa. Penso que essa ausência de vontade política se tem vindo a acentuar, e ela é indispensável. É indispensável que quem tem o poder o exerça.

**RR** — Portanto, é uma pessoa com esperanças em que os partidos actuais e o novo ou novos que apareçam cheguem ao momento em que digam: há aqui algo de comum entre nós, vamos tentar construir isto. Tem essa esperança. Como Presidente da República vai lutar por isso, também?

**MLP** — Tenho essa esperança, mas não uma esperança ingénua. Isto é, considero que isto é muito difícil porque uma das razões porque não existe essa estratégia é o facto de se sobrepor às medidas concretas que dizem respeito ao bem-estar dos portugueses, à melhoria do seu nível de vida, à criação de maior riqueza, ao contínuo jogo de poder e das relações de forças entre os vários partidos. Às vezes, dentro do mesmo partido, várias pessoas cujas diferenças nem se-

quer são muito perceptíveis em termos de projecto, fazem pensar porque é que não estão de acordo com os outros.

Por isso, a minha candidatura é uma candidatura que assenta neste ponto de partida. Se o Presidente da República é garante do regular funcionamento das instituições democráticas, como diz a Constituição, então é indispensável, em primeiro lugar, que o Governo governe, que a Assembleia da República exerça as suas competências próprias e nomeadamente em termos de fiscalização dos actos do Executivo e em segundo lugar é fundamental que o P.R. entenda também — e o meu programa assim o entenderá — que esse regular funcionamento não inclui apenas os órgãos de carácter estritamente político mas inclui também os órgãos de carácter económico e social.

### Cumprir e fazer cumprir a Constituição

**RR** — Como Presidente da República como é que obrigaria a Assembleia e os governos a tomarem medidas concretas se não pode constitucionalmente fazer isso?

**MLP** — Evidentemente que não. O que me parece que é indispensável, e é nessa óptica que se coloca a minha candidatura à P.R., é uma interpretação e uma postura de uma candidatura à P.R. que assuma logo à partida as grandes omissões constitucionais.

Se o P.R. jura cumprir e fazer cumprir a Constituição, o seu programa, a sua declaração de princípios ou de intenções, não pode deixar de comportar a afirmação inequívoca de que o seu mandato se insere nos grandes aspectos que vêm constitucionalmente consignados e que são indispensáveis para a melhoria da vida do nosso País e para uma estabilidade real da vida de todos os portugueses. Apontaria três. O funcionamento da Administração da República, como diz a Constituição, deve estar ao serviço do interesse público, ao serviço de todos nós, onde quer que vivamos, onde quer que nos situamos. O Plano de que já falei, é portanto uma perspetivação de para onde vamos e o que é que queremos fazer, e isso decidido, como a Constituição indica, por todos os cidadãos. Finalmente, a regionalização como ultrapassagem da assimetria enorme que existe no nosso País, que faz com que o Litoral seja mais beneficiado em relação ao interior onde o acesso, como sabe, é difícil.

**RR** — Apontou aqui três exemplos. A Administração Pública, um Plano de Desenvolvimento e a Regionalização que são questões que têm que passar por processos legislativos. Como presidente como é que «obrigaria» uma Assembleia a tomar medidas dessas? A não ser que

seja só para criar condições psicológicas e políticas de tal forma que os partidos políticos se sintam obrigados a tomar essas medidas.

**MLP** — Está exactamente a dar a resposta certa. Simplesmente eu retirava-lhe não ser só. É que exactamente o papel do P.R. é de reunião, de congregar esforços. À partida, apresento-me aos eleitores com uma perspectiva que é o desejo de que seja desbloqueada a sociedade portuguesa e que de facto esta instabilidade concreta em que estamos a viver consiga ser ultrapassada, por pôr em execução as linhas da Constituição. Então, nesse caso, há condições psicológicas e condições políticas se eu for eleita, e estou convencida que o sou porque os portugueses pensam desta maneira, para que os partidos políticos e todos os outros agentes sociais e políticos se possam enquadrar dentro desses princípios.

As situações políticas e o mal da vida política portuguesa é pensarmos sempre no condicional. Estamos sempre a dizer se acontecesse isto e se acontecesse aquilo. Estamos há dois anos a pensar assim e os problemas do dia-a-dia não estão a ser resolvidos.

**RR** — Mas a democracia representativa é assim. As pessoas votam e depois julgam porque são pessoas adultas.

**MLP** — Mas é que a nossa Constituição não comporta apenas essa vertente da democracia representativa.

**RR** — Considera que as pessoas devem participar através dos órgãos e estruturas próprias do regime, pois o apelo à participação é constante no seu discurso. O que é que isso significa, por exemplo, numa empresa?

**MLP** — Numa empresa pode significar muitas coisas. Numa empresa, e aí situo-me claramente na doutrina social da Igreja, isso significa que os objectivos da empresa devem ser decididos por todos aqueles que fazem parte da referida empresa.

A empresa é uma comunidade. Sendo uma comunidade, os seus objectivos, quer sejam sociais, técnicos e comerciais, devem ser decididos em conjunto. Para tanto devem ser necessários representantes de todos sectores que integram a empresa. Isto não são teorias de hoje, são de há muitas dezenas de anos.

**RR** — Os empresários não olham com muitos bons olhos essa sua sugestão.

**MLP** — A sugestão não é minha. É o princípio fundamental da co-gestão presente em países que conseguiram um desenvolvimento muito rápido — caso da RFA — e um princípio fundamental, também, da doutrina social da Igreja, da qual nos esquecemos muito. Aproveitamos muitas vezes aspectos da doutrina da Igreja e deixamos outros adormecidos.

Gostaria de reforçar ainda este aspec-



to das forças sociais e dos movimentos sociais. Nós não estamos apenas em democracia porque votamos regularmente. Estamos em democracia quando participamos a todos os níveis da nossa existência, ao nível da nossa freguesia, ao nível das escolas em que estão a estudar os filhos, ao nível da Empresa, de organizações culturais, sociais, etc. É essa participação que é fundamental relativamente à qual o P.R. tem, sem dúvida, um papel muito importante. E para não esquecer ainda mais uma outra relação em que, por exemplo, o general Eanes teve um papel importantíssimo, que é a relação entre o P.R., como órgão de topo e poder local, todos aqueles que representam

localmente as verdadeiras necessidades e aspirações da população portuguesa.

**RR** — Mas ele não apelou à formação, não se depreende do seu raciocínio, de comissões de moradores, de comissões de estruturas embrides de base. O Presidente Eanes não apelou nesse sentido, apelou ao reforço do poder local nas estruturas políticas criadas como resultam da Constituição.

**MLP** — Na Constituição as próprias estruturas do poder local têm os seus órgãos legislativos e executivos e têm órgãos consultivos. O chamado Conselho Consultivo, constituído por todas as associações culturais e sociais, profissionais e económicos que desejam participar nesses Conselhos Consultivos. Simplesmente, não funcionam na prática em nenhuma autarquia.

**RR** — Como é que se concilia isso. Não estou a dizer que é inconciliável ou não, com a Europa comunitária que não é predominantemente esse tipo de democracia participativa, nem este tipo de apelo na CEE. Neste momento, na Europa, apela-se ao esforço das instituições existentes e não a este outro segundo plano.

**MLP** — A Europa, ao nível da CEE, está neste momento fazendo face às suas instituições enquanto Comunidade, ao nível agora dos Doze, que como sabemos tem tido numerosas dificuldades de funcionamento e um grande atraso no cumprimento de prazos e na resolução de alguns problemas. Mas, por outro la-

Não entro em jogos  
 políticos quero a  
 democracia para  
 realizar o  
 desenvolvimento deste  
 País

do, se verificarmos o que se passa ao nível dos vários países que integram a CEE, verificamos que há uma enorme proliferação de Associações de grupos que também tentam resolver localmente os seus próprios problemas, completando a acção da democracia representativa. Isso é exactamente claro, quer se trate de problemas habitacionais, de emprego, de problemas culturais.

## A questão da CEE

**RR** — A integração de Portugal na CEE para a eng.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Pintasilgo, é um acto positivo com consequências positivas para Portugal onde não tem receio, por exemplo, de uma certa diminuição das estruturas ou das regiões sociais que se deveriam fortalecer no plano cultural, económico e político.

**MLP** — É sem dúvida uma adesão que eu, enquanto Chefe do Governo, também assumi. Considero que tem um aspecto simbólico importante e estou inteiramente de acordo e regozijo-me com a carta do sr. cardeal patriarca de Lisboa relativamente à nossa adesão à CEE.

Para mim, também, enquanto católica, devo dizer que faço parte do chamado grupo de Reflexão Ecuménico ao nível da CEE, muito antes de Portugal participar na CEE, à cerca de 7 ou 8 anos. Desde que o Grupo se formou, portanto, com os católicos e protestantes dos países da CEE, tenho mantido um contacto muito regular a este respeito.

Sem dúvida que é, em primeiro lugar — e situo-me agora enquanto católica — um aspecto muito importante de solidificação de laços, mas é simultaneamente também uma possibilidade de aproximação da nossa identidade cultural na Europa.

Chegou o momento, penso eu, na nossa vida pública e no nosso relacionamento internacional, de nos manifestarmos como aquilo que somos. Um País com mais de oito séculos de História, um país que foi o primeiro na Europa a ter as fronteiras que hoje tem de uma forma digna ao longo de toda a sua História, preservando a sua independência, os seus valores próprios. É mais do que tempo que sejamos capazes de contribuir para a construção da Europa com esses valores que são nossos.

Simultaneamente, há dificuldades e riscos nessa nossa adesão. Parece-me que aí não devemos deixar de acentuar esse aspecto, a decisão de adesão à CEE foi uma decisão política e nem sempre, como aliás alguns ministros agora vêm dizer, os seus aspectos foram tratados de forma adequada.

Parece-me por isso que é de uma urgência imediata que tentemos definir como é que vamos produzir, como é que a

A adesão à CEE foi uma decisão política e nem sempre os aspectos económicos foram tratados de forma adequada. É urgente definir o que vamos produzir

nossa agricultura vai sobreviver. Como é que as nossas pequenas e médias empresas (mais de 85 por cento das empresas portuguesas) vão conseguir sobreviver no espaço europeu.

Isto é fundamental porque dentro de 7 anos nós teremos que passar a dar dinheiro para a CEE e só podemos dar se entretanto tivermos mais riquezas, se não as consequências serão sem dúvida muito graves.

Dá que me pareça importante sublinhar, a par da importância do nosso contributo para a construção da Europa, esse conjunto de dificuldades que podem, sem dúvida, ser superadas, sobretudo se todos os sectores dirigentes e se à frente do Estado se encontrarem pessoas que põem acima de tudo os interesses nacionais, a defesa daquilo que somos, da nossa identidade própria, dos portugueses, onde quer que eles se encontrem.

**RR** — Ao longo desta conversa tenho notado que refere muito o termo católica. A propósito de muitas questões, tem a preocupação de dizer isso...

**MLP** — Estou numa emissora católica e presumo que a grande maioria dos ouvintes são católicos e portanto é esse o nosso ponto comum fundamental.

**RR** — Uma questão importante, durante os últimos tempos que exigiu, em certa medida, a intervenção da Igreja portuguesa foi o debate a propósito do aborto e a propósito da iniciativa legislativa para tentar legislar sobre o aborto em casos específicos. É contra o aborto?

**MLP** — Tenho-o afirmado claramente e inequivocamente.

**RR** — A questão fundamental é que se concorda com essa iniciativa legislativa?

**MLP** — A candidata à Presidência da República não tem que concordar ou que discordar das leis existentes. Se se candidata, é no respeito da legalidade democrática, portanto tem que cumprir e fazer cumprir as leis existentes.

**RR** — Porque é que não interveio nessa altura publicamente, quando o debate era se se deveria legislar ou não. Até

pessoas que defendem um certo tipo de legislação pensaram que num determinado momento não se devia trazer para debate na sociedade portuguesa esse tipo de questões.

**MLP** — Estavam suficientemente claras as várias posições existentes. Como eu então disse, encontrava-me e encontro-me na situação que, enquanto o sr. Presidente da República não promulgou a lei relativa à despenalização do aborto, era eticamente difícil para mim pronunciar-me. Mas mesmo que isso não acontecesse não me parecia de modo nenhum indispensável. Por um lado, por se encontrarem já definidas as linhas mestras e as diferentes posições serem claras. E por outro lado, porque me recuso a fazer do aborto o único problema político do direito à vida. Há muitos outros aspectos na sociedade portuguesa em que se exprime esse direito e gostaria que nós todos pudessemos pensar, em termos de direito à vida, no alojamento das centenas de milhares de pessoas (800 mil) que não têm casa, vivem em condições deficientes, daqueles que sofrem com a fome, daqueles que não recebem salários ou que estão desempregados.

## Ultrapassar as divisões

**RR** — Mesmo num regime democrático, e a história ensina, dá exemplos desses um P.R. antes de ser eleito é escolhido ou nomeado por grupos, partidos. No seu caso o que é que acontece?

**MLP** — Nós temos vindo a ver que os partidos políticos têm ocupado de uma forma de certa maneira exagerada toda a vida política, o aparelho de Estado, os meios de comunicação estatizada, etc. E relativamente às eleições presidenciais, como dizíamos há pouco, até intervieram de tal modo nas eleições presidenciais, embora não o tenham dito, que se gerou toda a crise política em que estamos actualmente. Se nós olharmos para a Constituição é muito importante verificarmos que, no capítulo que diz respeito ao P.R., nunca os partidos políticos são mencionados. Pelo contrário, o P.R. é proposto por um conjunto de cidadãos.

**RR** — Isso diz a Constituição. Estou a falar nas condições objectivas que permitam uma candidatura vencer, no plano da negociação com grupos ou partidos políticos, no plano do financiamento duma candidatura.

**MLP** — Deixe-me responder ao primeiro aspecto porque acho extremamente importante, porque está a tocar no cerne das razões porque me candidato. Tenho pelos partidos políticos o maior respeito e considero que eles são, evidentemente, as expressões legítimas da organização de correntes políticas presentes na sociedade. Os partidos políticos portugueses, justamente pela tal perturba-



## Fundação Cuidar o Futuro

ção intrínseca aos 10 primeiros anos, após uma grande ruptura que Portugal viveu, têm reflectido certas divisões existentes na própria sociedade portuguesa e talvez até as tenham acentuado. Sem dúvida que as acentuaram.

O meu objectivo, enquanto candidata à Presidência da República, é justamente ultrapassar essas divisões.

**RR** — Portanto não conta com esses partidos?

**MLP** — A questão não é essa. Conto sem dúvida com numerosos militantes e filiados em partidos políticos.

**RR** — Mas não com os partidos?

**MLP** — Com os partidos organizados, enquanto tal, não. Sou uma candidata independente o que não exclui sem dúvida um contacto, um diálogo e uma possibilidade de discussão numa fase mais adiantada do processo, uma vez resolvida toda a questão das legislativas, com os vários partidos políticos sem excepção. É evidente.

**RR** — Admite alguma vez «negociar» a desistência da sua candidatura?

**MLP** — Não, pela própria natureza da candidatura. É uma candidatura que resulta da vontade e da decisão de escolha e da independência daqueles que me apoiam e portanto seria passar-lhes um atestado de menoridade política ir nego-

ciar eventualmente uma desistência. Não, de modo nenhum. Queria apenas acentuar este aspecto de uma candidatura independente. Repare que isso é tão importante que nós estamos a ver, até, fundadores de partidos políticos, tendo tido enormes responsabilidades à frente de partidos políticos em Portugal, a reclamarem agora uma situação de independência.

**RR** — Então pensa que é a única personalidade independente a candidatar-se?

**MLP** — Neste momento, sem dúvida. Mas, para além disso, gostaria de acentuar que me situo também ao nível da análise do que se passa no resto da Europa. No resto da Europa, neste momento, há uma procura real e sincera de homens muito válidos numa linha de independência da sua candidatura à chefia suprema do Estado. Penso que isto corresponde a uma análise da vida política e à necessidade que têm todas as nossas democracias europeias de se darem finalidades e de terem à frente do Estado quem una e não quem separe.

### A política é de todos

**RR** — O que considera mais importante neste momento?

**MLP** — Neste momento o que considero mais importante é isto: a política é de todos nós, não apenas daqueles cujos nomes nos aparecem nos jornais ou cujas figuras nos aparecem na Televisão todos os dias. Portanto temos todos que participar. Nessa participação a responsabilidade dos católicos é muito grande. Todos os Papas têm chamado à responsabilidade os católicos para a participação na vida política. Cabe-nos a todos nós preservar o nosso património nacional, desenvolvendo o orgulho de ser portugueses, para além das divisões que têm aparecido na vida política. Além disso parece-me que a nossa participação é indispensável, sobretudo a dos que nos deixamos conduzir por grandes valores que transcendem as coisas do dia a dia. Possamos exigir de todos os que exerçam funções políticas que cumpram os seus mandatos, as suas promessas e os seus programas porque todos os políticos são afinal pagos por todos nós, pelos nossos impostos.

Portanto, é a todos nós, portugueses e portuguesas, que cabe resolver esta crise, participando com o grande orgulho de sermos portugueses e que, tenhamos sem dúvida para amanhã a possibilidade de construir um País melhor. Essa possibilidade está nas nossas mãos.

# ESTÃO CONNOSCO

O movimento de apoio à candidatura presidencial da eng.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Pintasilgo é hoje uma realidade que não sofre contestação. Disseminados por todo o País os núcleos locais organizam-se, crescem e outros novos surgem. De toda a parte nos chegam notícias do entusiasmo e dedicação de muitos companheiros empenhados nesta obra colectiva de levar a eng.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Pintasilgo à Presidência da República. Muitos milhares de assinaturas de apoio e solidariedade dão expressão a este movimento de esperança e fé no futuro. É dos registos dessas assinaturas, da região do Porto, que retiramos, ao acaso, os nomes que vos apresentamos.

Joaquim Brandão, advogado, Porto; Alvaro Ferreira Marques, advogado, Porto; Bernardino Machado Vaz, advogado, Porto; Jorge Strecht Ribeiro, advogado, Porto; António Torres Pedrosa, advogado, Porto; Carlos Cal Brandão, advogado, Porto; José Brandão Pedro, advogado, Porto; António Pinto de Matos, médico, Porto; Francisco Eduardo Cordeiro, médico, Porto; Lúcia Trigo de Miranda, médica, Porto; Arnaldo Fleming, sociólogo, Porto; Martinho Gomes de Oliveira, eng. agr., Porto; Maria Margarida Ruivo, assistente universitária, Porto; José Manuel Sousa Ribeiro, assistente universitário, Porto; Manuel António Pina, jornalista, Porto; Maria Manuela Melo, jornalista, Porto; José Pedro D'Antas, comerciante, Porto; Mário Amarelhe da Silva, comerciante, Porto; Rui Santos Assis, dirigente cooperativo, Porto; Camila Pereira, funcionária cooperativa, Porto; Manuel Triunfo da Fonseca Novais, dirigente sindical, Porto; Luís Roseira, dirigente sindical, Porto; Albino Pinto Marques, dirigente sindical, Porto; Manuel António Gonçalves Costa, dirigente sindical, Porto; Maria da Conceição Arriscado, dirigente sindical, Penafiel; António Artur Rodrigues da Costa, magistrado do M.P., Porto; Albano Mesquita Moreira da Silva, empresário agrícola, Leça do Balio; Cecília Maria Rebelo, animadora infantil, Campo-Valongo; Jorge Manuel Rebelo, industrial, Campo-Valongo; Margarida Santos Leão, desempregada, Campo-Valongo; Fernando da Costa Teixeira, têxtil, Campo-Valongo; Rosa da Costa, doméstica, Campo-Valongo; Manuel Vitorino, jornalista, Ermesinde; Diomar Ferreira dos Santos, eng. civil, Ermesinde; Maria Eduarda Lino, professora, Ermesinde; Gaspar Cardoso Ferreira, técnico de vendas, Ermesinde; Fernando José Abella, médico, Ermesinde; Vítor Alberto dos Santos, psicólogo, Ermesinde; Fernando Leal Mendonça, estudante, Ermesinde; Henrique José Gomes, metalúrgico, Ermesinde; Albino Ribeiro Maia, vendedor, Ermesinde; António Torcato Teixeira, assist. FEP, Ermesinde; Lucinda Magalhães Queirós, professora, Ermesinde; Francisco Manuel de Almeida, metalúrgico, Ermesinde; Adelino Freitas de Sousa, professor, Paredes; Manuel Freire Marques, professor, Paredes; Zeferino Fernandes Soares, contínuo, Penafiel; José António Braga da Cruz, gestor de empresas, Porto; Ana Maria Braga da Cruz, funcionária, Porto; Carlos Manuel Silva, eng. electrónico, Porto; Maria Luisa

Silva, funcionária pública, Porto; Conceição Fernandes, advogada, Porto; Alberto Martins, advogado, Porto; Miguel Figueiredo e Silva, eng. civil, Matosinhos; António Oliveira e Silva, eng. mecânico, Matosinhos; José Ferreira, escriturário, Póvoa de Varzim; Joaquim Madureira, apontador c. civil, Porto; João Magalhães, professor, Porto; Fátima Grácio, funcionária pública, Porto; Graça Mota, professora, Rio Tinto; Nuno Rodrigues Grande, professor universitário, Porto; Mário João Ferreira Leite, funcionário RDP, Porto; Manuel Barbedo Magalhães, eng., Porto; Maria Suzette de Sotto Mayor Rego, aposentada, Porto; José Rosmaninho, eng., Porto; Maria José C. Carrão Bento, farmacêutica-Faculdade de Medicina, Porto; Paulo Manuel Fernandes da Silva, funcionário público, Águas Santas; Maria Conceição Pinto Rocha, professora na Escola Magistério, Porto; Alberto J. Gonçalves Lopes, professor do Ensino Preparatório, Porto; Afonso Henrique R. C. Teixeira, prof. Ensino Secundário, Porto; Carminda Flores de Moura, prof.<sup>a</sup> Ensino Secundário, Porto; Marco António R. Santos Costa, estudante, Valongo; Marcela Figueiredo Torres, editora, Porto; António Esteves, sociólogo, prof. Ensino Sup., V. N. Gaia; José Grade, escultor, Porto; Isabel Frágoso, bancária, V. N. Gaia; Maria Clara Urbano Sousa, professora Ensino Sec., V. Conde; Rui Raposo, economista, bancário, Porto; Eurico de Campos, professor Ensino Sec., Póvoa de Varzim; Maria Júlia Sampaio, professora Ens. Sec., Póvoa de Varzim; José Pacheco, professor, Vila Aves, Santo Tirso; Manuel Pereira da Silva, professor Ensino Secundário, V. N. Gaia; Luís Américo Fernandes, professor, Vila das Aves, Santo Tirso; Carlos Costa e Almeida, operador de bloco-EDP-Comissão Intersindical, Matosinhos; Manuel António Fialho, téc. segurança-EDP, Matosinhos; João Baptista Magalhães, professor Ensino Secundário, Porto; Lia do Céu Guerra, prof.<sup>a</sup> Ensino Básico, Porto; Maria Fernanda Alves, empregada de escritório, Porto; Maria Adelaide Newparth, prof. Ensino Sec., Matosinhos; Susana Carvalho, estudante universitária, Porto; Moura Bastos, estudante universitária, Porto; António Vieira, estudante universitário, Porto; José Fernando Barros, estudante universitário, Porto; Célio Costa, arquiteto, Porto; Luisa Cortesão, técnica de educação, Porto; António Lopes Dias, advogado, Porto; Ilídio Carracena, técnico de contabilidade, V. N. Gaia; Carlos Mota,

economista, V. N. Gaia; António Carvalho, autarca, Canelas, V. N. Gaia; José António Roseira, eng. bancário, dirigente sindical, Porto; Júlio Santos Ribeiro, emp. bancário, dirigente sindical, Porto; Arlindo Fernandes, emp. bancário, dirigente sindical, Porto; Olga Mendonça Monteiro, decoradora, Porto; Dora Vigário, educadora infância, Porto; Ricardo Lima, funcionário público, Porto; Maria Teresa M. Siza Vieira, prof. Ensino Secundário, Matosinhos; Maria Helena Araújo, prof. Ensino Sup., Matosinhos; António Ferrari, prof. Ensino Sup. Matosinhos; Alberto Martins Andrade, emp. bancário, dirigente sindical, V. N. Gaia; Manuel António Pina, jornalista, escritor, Madalena, V. N. Gaia; Carlos Lemos, ferroviário, V. N. Gaia; Maria Susete S. Gonçalves, economista, Matosinhos; Manuel Correia Fernandes, arquitecto, prof. esc. sup. arquitectura, Porto; Augusto Santos Silva, Prof. Fac. Economia, Porto; Daniel Bessa, Prof. Fac. Economia, Porto; José Manuel Rei Carvalho, engenheiro, Porto; José de Sousa Reis, ferroviário na Est. Campanhã, Porto; Maria Clarisse Silva Valério, ferroviária na Est. Campanhã, Porto; Maria do Céu Gonçalves, técnica superior, Porto; Branca Pinheiro Gonçalves, eng.<sup>a</sup> química, Porto; Raimundo Delgado, engenheiro, prof. Ensino Sup., Porto; Fernanda Judite Dias Moreira, eng.<sup>a</sup> têxtil, Gandra; Susana Ralha, música e professora, Miramar; Margarida Losa, prof. Faculdade de Letras, Porto; Abílio José Ferreira dos Santos, desenhador, Maia; Jorge Constante Pereira, prof. música, Porto; Ilse Losa, escritora, Porto; Ângelo de Sousa, pintor, Porto; Jorge Delgado, engenheiro, Porto; Rui M. Santos Oliveira, engenheiro, Porto; Maria Fernanda Seixas, arquitecta, Porto; António Mário Costa Rodrigues, informático, Porto; António José Borges Regedor, funcionário da C.M.P., Porto; Maria Albertina Santos Lemos, professora ens. superior, Porto; João Júlio B. da Silva, prof. ensino secundário, Porto; José Manuel C. Sousa Ribeiro, prof. ensino superior — Fac. de Economia, Matosinhos; Fernanda Rodrigues, assistente social, V. N. Gaia; Maria Virginia Leite de Sousa, assistente social, V. N. Gaia; Pedro Manuel R. P. Mesquita, professor esc. magistério do Porto, V. N. Gaia; Armando Sousa Luís, economista, V. N. Gaia; Joaquim Armindo Pinto de Almeida, empregado da Sepsa, Matosinhos; Maria Pilar Gonzalez, economista — prof. Fac. Economia Porto, Matosinhos.

[illegible]

## GAIA JÁ TEM SEDE DE APOIO A PINTASILGO

O núcleo de apoio à via No. 2 de Gaia à candidatura de Maria de Lurdes Pintasilgo abriu uma sede naquela cidade. A sede, que se encontra aberta das 21,30 às 23 horas, nos dias úteis, e das 15 às 18 horas de sábado, está situada na Rua Teixeira Lopes, 54, com o telefone 398612.

Mariano Catão



DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO 15

# A Candidatura da Estabilidade Contra a Pseudo Estabilidade<sup>(a)</sup>

Eng. SACRAMENTO MARQUES (\*)



A engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo, a Mulher simples que todos, bem conhecemos, cuja maneira de ser patenteia modéstia, simpatia e afabilidade, é uma prestigiada e marcante personagem entre os grandes vultos da actualidade.

A honrosa e destacada posição a que se guindou deve-se ao mérito dos seus revelantes atributos, entre os quais se contam a sua lúcida inteligência, a sua extraordinária capacidade de trabalho, a sua sólida bagagem científica, a sua vasta cultura, a sua honestidade, a sua coerência política, o seu conhecido humanitarismo, a sua forte personalidade e a firmeza do seu carácter.

Mercê dessa posição, Maria de Lourdes Pintasilgo está vinculada a diversas instituições de notória reputação, algu-

mas delas estrangeiras, de onde lhe advém um invejável relacionamento internacional. Contam-se entre estas o Conselho Executivo da UNESCO, o Conselho da Universidade das Nações Unidas, o Conselho de Direcção do Instituto de Políticas Mundiais, o Conselho de Interacção de Ex-Chefes de Governo e o Movimento Internacional das Mulheres Católicas (GRAAL). A estas e outras instituições congêneres se entrega de corpo e alma, como é de seu timbre, com firmeza e devoção.

A sua actividade não se confina porém a acções específicas do foro intelectual. Pelo contrário, alastra-se às vastas áreas onde vivem e labutam os trabalhadores mais desprotegidos, para as quais é atraída por força do seu humanitarismo cristão e acrisolado apego pela justiça social. Ali, com o forte querer e generoso interesse como se entrega às citadas instituições, assim se empenha pelos problemas que afectam os trabalhadores, agindo directa ou indirectamente junto da Administração Pública, a fim de, em termos constitucionais, serem estudadas e postas em execução as respectivas soluções.

Maria de Lourdes Pintasilgo participou com relevância em três governos provisórios e em um constitucional, identificando-se claramente com os prin-

cípios do 25 de Abril, constantes da actual Constituição, identidade que coerentemente mantém. Nesta conformidade afirma não ser necessário rever a Constituição para remover as dificuldades que obstem ao desenvolvimento socioeconómico do País. Necessário, isso sim, é... «pôr o País a funcionar», ou seja:... «que o governo governe; que a Assembleia controle o governo;... que a Administração Pública esteja, como manda a Constituição, ao serviço do interesse público; que se cumpram as normas constitucionais relativamente ao Plano, à Regionalização e aos grandes direitos dos cidadãos». (a)

No que se deixa exposto residem as razões por que abracei e apoiarei a independente e suprapartidária candidatura da «estabilidade contra a pseudo estabilidade» (a), a formalizar pela engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo.

(a) — Afirmações da engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo à revista Grande Reportagem (n.º 20-19 a 25 de Abril de 1985)

(\*) — Engenheiro agrónomo; Governador Civil de Santarém de 1974 a 1980; Deputado pelo PS 1982/3; Ex-director da Feira Nacional de Agricultura de Santarém.

